

## **As eleições legislativas em Taiwan: implicações para as relações no Estreito e para a Ásia Oriental**

As eleições legislativas do passado dia 12 de Janeiro para o sétimo *Legislative Yuan* (que decorreram em simultâneo com dois referendos) culminaram numa vitória expressiva do Kuomintang (KMT) que elegeu 81 deputados – num total de 113 –, e numa derrota sem precedentes do partido do Governo, o Democratic Progressive Party (DPP), que elegeu apenas 27 deputados. Estes resultados ultrapassaram as expectativas iniciais dos observadores, e representam um fracasso eleitoral do partido mas sobretudo uma derrota pessoal do presidente Chen Shui-bian e da sua estratégia independentista, o que explica a sua demissão de presidente do DPP.

Estas eleições foram marcadas pela introdução de diversas reformas, com a redução do número de deputados de 225 para 113, e alterações à lei eleitoral – que terá beneficiado o partido vencedor, já que obteve 70% dos mandatos com pouco mais de 50% dos votos.

Os resultados eleitorais podem explicar-se pela interacção de diversos factores. Em primeiro lugar, o efeito de desgaste da estratégia de tensão permanente e crescente entre Taiwan e a China, que tem vindo a subir de tom nos últimos 8 anos, num quadro em que a estratégia independentista se revela cada vez menos viável, face ao reforço do peso e influência internacional da China e à firme determinação de Pequim em usar a força e abrir uma crise internacional, com consequências imprevisíveis, em caso de declaração de independência. As iniciativas mais recentes, designadamente o referendo simultâneo com as eleições presidenciais sobre a adesão às Nações Unidas, sob a designação de Taiwan, acabou por enfraquecer a posição taiwanesa e contribuiu para o seu maior isolamento, gerando uma atitude crítica por parte de aliados fundamentais, como os Estados Unidos, que consideraram a proposta uma provocação desnecessária.

O isolamento internacional tem também aumentado em consequência da crescente eficácia da estratégia de pressão diplomática e oferta de ajuda económica por parte da China aos Estados que reconheciam Taiwan, designadamente em África. Desde 2006, o Chade, a Costa Rica e mais recentemente o Malawi estabeleceram relações diplomáticas com Pequim e deixaram de reconhecer Taiwan, pondo em causa a estratégia de reforço do *soft power* de Taipé.

Em segundo lugar, a performance menos positiva da economia de Taiwan, marcada pela desaceleração do crescimento económico desde 2004, que atingiu uma taxa de 4,4% em 2007 (4,6% em 2006 e 4% em 2005), abaixo da média regional, e menos de metade da taxa de crescimento da RPC (10,5%). Esta desaceleração do crescimento económico relaciona-se directamente com a dimensão política, já que o meio empresarial tem vindo a considerar que a tensão política com Pequim tem impedido Taiwan de beneficiar do *boom* económico da China – resultado da política deliberada adoptada por Chen de limitação dos laços económicos com a RPC.

Em terceiro lugar, em termos internos, a multiplicação de escândalos de corrupção envolvendo o DPP e sobretudo familiares de Chen Shui-bian. A esposa do Presidente, Wu Shu-Chen, foi acusada de desvio de fundos e está actualmente a ser julgada, assim como o seu genro, Chao Chien-ming, acusado de *inside trading*. Estes factos afectaram

a credibilidade política do presidente e do partido e causaram um forte desgaste da sua imagem.

Finalmente, a estratégia de silêncio, contenção e não-interferência no processo eleitoral adoptada por Pequim, em contraste com a postura assumida em eleições anteriores, em que prevaleceu uma lógica de interferência e ameaça, reduziu a margem de manobra do DPP e da sua ala mais radical.

Os resultados das eleições para o Legislative Yuan têm implicações significativas a diversos níveis. No curto prazo, e no plano interno, os resultados das legislativas poderão influenciar de forma significativa os resultados das eleições presidenciais de 22 de Março, bem como do referendo simultâneo sobre a adesão à ONU, na medida em que podem contribuir para criar uma dinâmica de vitória do candidato presidencial do KMT, Ma Ying-jeou, cujo principal opositor é o candidato do DPP, Frank Hsieh. Só com a vitória nas presidenciais se poderá falar verdadeiramente da consolidação do domínio do KMT e do início de um novo ciclo político; caso contrário, poder-se-á entrar numa situação complexa de partilha do poder.

A vitória do KMT nas eleições presidenciais não é ainda certa, apesar da liderança de Ma Ying nas sondagens, não só porque o sistema eleitoral nas presidenciais é diferente, mas também porque o perfil de Hsieh é mais moderado e pragmático do que o de Chen e tende a concentrar-se na solução de questões económicas e sociais e menos em questões ideológicas. Por outro lado, o eleitorado pode mostrar preferência por uma solução de compromisso e de partilha de poder, contrabalançando a posição dominante do KMT no Parlamento. Em todo o caso, qualquer que seja o resultado das presidenciais, é seguro que assistiremos a um abandono da estratégia radical com a saída de cena de Chen Shui-bian, pois o novo líder do DPP e candidato presidencial Hsieh tem uma posição mais moderada, distanciando-se das posições radicais independentistas de Chen.

O início de um novo ciclo político dominado pelo KMT tem também implicações significativas para a evolução das relações entre a China e Taiwan e para a estabilidade na região. No plano das relações bilaterais com a China, a vitória do KMT cria condições potencialmente favoráveis para um cenário de estabilidade e melhoria do relacionamento. A redução do nível de tensão reforçará os laços económicos, humanos e culturais entre os dois lados do Estreito. O retorno ao poder do KMT significa um regresso à política de manutenção do *status quo* que o partido defende, e que é aceitável para Pequim, na medida em que não exclui, embora também não promova, o cenário de reunificação.

Neste contexto, existem fortes probabilidades de retoma do diálogo político, interrompido em 1999, o que permitiria eventualmente viabilizar um conjunto de acções inovadoras previstas no comunicado de Abril de 2005 assinado entre o Presidente Hu Jintao e o antigo Presidente do KMT Lien Chan: celebração de um tratado de paz e fim das hostilidades; ligações directas ao nível dos transportes; intensificação das trocas económicas e criação de uma zona de comércio livre ou mesmo de um mercado comum entre a RPC e Taiwan, proposta já avançada pelo KMT, que poderá ser mais ambiciosa do que os Closer Economic Partnership Arrangements (CEPA) que a RPC celebrou em 2003 com as Regiões Administrativas Especiais de Macau e de Hong Kong. Neste sentido a estratégia de Ma Ying-jeou para relançar o crescimento económico e reduzir o

desemprego é exactamente a aposta na facilitação das relações económicas com a China através da redução das restrições ao comércio e ao investimento impostas pelo DPP.

No plano regional, o novo cenário político permitirá a melhoria das relações entre Taiwan e os Estados Unidos, que passaram por um período difícil nos últimos anos, o que potencialmente contribuirá, por sua vez, para uma redução da tensão entre Pequim e Washington – se bem que uma maior aproximação americano-tawainesa tenha um efeito ambíguo e suscite sempre algum desconforto nos EUA.. Dada a centralidade da questão tawainesa no plano estratégico e o seu efeito potencialmente destabilizador para a região, a normalização e pacificação do relacionamento entre a China e Taiwan contribuirá certamente para uma melhoria e desanuviamento das relações de Pequim com os principais actores regionais, atenuando potenciais focos de tensão, nomeadamente com o Japão, o que permitirá reduzir os riscos de conflito armado e contribuirá para uma maior estabilidade, segurança e confiança na região da Ásia Oriental.

**Miguel Santos Neves** . Coordenador do Programa Ásia, IEEI